

PERFIL DE VISITANTES E CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

VISITORS PROFILE AND SOCIO-ENVIRONMENTAL AWARENESS IN CONSERVATION UNITS

Maria de Lourdes Spazziani¹; Nijima Novello Rumenos²

¹ Bióloga e pedagoga de formação, mestre e doutora em educação Formação. Atualmente é Professora Associada do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp/Botucatu-SP - Botucatu - SP - Brasil

email: maria.spazziani@unesp.br.

² Bióloga de formação, mestre em Educação e Doutora em Educação para a Ciência. Atualmente é professora substituta do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp/Botucatu-SP - Botucatu - SP - Brasil

email: nijima.novello@unesp.br.

Data de envio: 29/04/2021

Data de aceite: 01/06/2021

RESUMO

Educação Ambiental tem sido proposta como um processo de fundamental relevância para promover a conscientização das pessoas para a conservação dos ambientes naturais, e construídos e melhoria da qualidade da vida em todas as suas diversas manifestações. Neste sentido, os parques nacionais (PN) no país, além de abrigarem e contribuir para biodiversidade e conservação da vida em seu estado natural, precisam atuar para promover a reaproximação e a conscientização das populações atuais no contato com a natureza, em especial pelo Ecoturismo. Com essa perspectiva, esta pesquisa investigou o perfil, os motivos e as perspectivas de visitantes em um PN, situado no estado do Rio de Janeiro, e possíveis limitações e contribuições para a formação da consciência ambiental. A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas estruturadas com 62 visitantes. Obteve-se que, no grupo estudado, predomina o sexo feminino e 50% são moradores de bairros do entorno do PN. Os dados indicam o perfil de visitação na referida época, mas fica evidenciado a importância atribuída a esse espaço pelas comunidades do entorno. Notam-se indícios da carência de estrutura para acolhimento, em especial para o trabalho de conscientização proposto pelo ecoturismo e educação ambiental.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Educação Ambiental. Ecoturismo em áreas naturais.

ABSTRACT

Environmental Education has been proposed as a process of fundamental importance to promote people's awareness of the conservation of natural and built environments and improve quality of life in all its manifestations. In this sense, the national parks (NP) in the country, besides sheltering and contributing to biodiversity and conservation of life in their natural state, need to promote the reconnection and awareness of current populations in contact with nature, especially by ecotourism. With this perspective, this research investigated the visitors' profile, reasons, and perspectives of an NP located in the state of Rio de Janeiro and possible limitations and contributions to the formation of environmental awareness. The research was carried out through structured interviews with 62 visitors. In the studied group, predominates women, 50% are residents of neighborhoods located around the NP. Data indicate the profile of visitors at that time, but it is evident the importance attributed to this space by the surrounding communities. There is evidence of a lack of structure to receive visitors, especially for the awareness work proposed by ecotourism and environmental education.

Keywords: Conservation units. Environmental Education. Ecotourism in natural areas.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional da Educação Ambiental de Educação Ambiental (PNEA) promulgada em 1999 e regulamentada instituída no país pelo Decreto 4281/2002 (BRASIL, 2002/2019) indica no seu inciso II do Art. 6º que para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

II- às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de *ecoturismo* e melhoria de qualidade ambiental (BRASIL, 2002/2019, s/p, grifo nosso).

Um pouco antes à implementação da PNEA, em 1992, e em paralelo às atividades da Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida com Eco 92, aconteceu o Fórum Internacional, que se constitui em um movimento organizado pelas ONGs, e entre as várias ações é proposto o documento intitulado "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", que indica a Educação Ambiental como um processo em permanente construção

que deve estar articulado em todas as instâncias e setores da sociedade, promovendo a formação humana no sentido da preservação da vida por meio da manutenção do equilíbrio ecológico conquistado pela natureza em milhões de anos.

A educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1992, p. 193-194).

Spazziani (2002) reitera que a Educação Ambiental precisa ser compreendida como um processo que contribua para a construção e apropriação dos conhecimentos vigentes sobre o meio ambiente e as formas de transformá-los em prol da preservação e conservação da natureza necessárias para garantir a vida ao planeta e, conseqüentemente, às futuras gerações. Nota-se que sobre os temas relacionados ao meio ambiente natural, há inúmeras percepções, muitas vezes equivocadas, que impactam conceitos, valores, procedimentos e atitudes e, em decorrência comprometendo e ameaçando a sustentabilidade socioambiental vigente e necessária para a manutenção da vida.

Nesse contexto de crise ecológica e social, a Educação Ambiental emerge como pressuposto para o desenvolvimento de novos valores, que considerem comportamentos mais responsáveis e comprometidos com o meio ambiente.

Embora sejam várias as definições que tentam explicar a finalidade da Educação Ambiental, o fato é que sua essência se pauta na incessante busca em produzir na humanidade uma qualidade de consciência capaz de instrumentalizar iniciativas que fomentem a congregação de atitudes voltadas à complexidade ambiental. Portanto, defendemos processos pedagógicos que favoreçam e legitimem atitudes que funcionarão como determinantes na perspectiva de consolidarmos práticas mais coerentes e comprometidas com a mudança de percepção, consciência e práticas relacionadas ao contexto socioambiental próximo e distante, ou seja, local e global (SPAZZIANI, 2017, p. 34).

A Educação Ambiental assim desenvolvida se configura como potencial pedagógico para contribuir para a formação de novos conhecimentos e conceitos do contexto socioambiental, assim como avançar em ações que constituam trajetórias que promovam e assegurem que os grupos humanos, nas suas diversas comunidades, consigam viver e desenvolver práticas de maneira sustentável.

Dias (2004), ao se referir sobre as transformações recentes, historicamente registradas, na interação humana entre si e com o meio ambiente natural, conclui que este

processo acelerado e globalizado, tem repercutido nas análises de cientistas do campo sócioecológico, severas consequências para as condições de suporte do planeta, em especial, a viabilidade de sobrevivência da espécie humana. Nesse sentido, o autor ressalta:

O número crescente de indivíduos que passaram a ocupar o mesmo nicho, dentro da biosfera, ou seja, cada vez mais as pessoas adotam os mesmos padrões de consumo, em todo o mundo, exercendo pressões crescentes sobre uma mesma categoria de recursos finitos ou cuja velocidade de regeneração não está sendo observada.[...] Esse processo não poderia continuar sem que graves consequências começassem a eclodir, em maior ou menor grau, em todas as partes da terra onde os seres humanos habitam (DIAS, 2004, p. 92).

Alinhada a estas ideias, o autor citado acima destaca o papel das mídias dominantes, ao veicular com destaque a cultura americanizada para o país. Esta influência estrangeira tem como propósito promover mudanças nas consciências padrões de consumo, em que o 'ter' por meio do sucesso das condições econômicas se sobrepõe ao 'ser' que, em geral, é resultado dos valores e lugares sociais, políticos, culturais e ecológicos que insere os humanos no mundo.

Importante reconhecer que a crise socioambiental é resultado do modelo e padrões de desenvolvimento econômico baseado no desejo, em geral irracional, pelo lucro obtido da mais valia sobre os outros seres humanos e sobre as demais formas de vida e elementos que suportam a vida no planeta.

Este está atrelado à lógica do aumento da produção (em que os recursos naturais são utilizados sem nenhum critério; em que o ambiente é visto como um grande supermercado gratuito, com reposição infinita do estoque; em que se privatiza o benefício e socializa o custo) (DIAS, 2004, p. 96).

Estas considerações apresentadas, nos indicam o grau de exploração estabelecido nos dois últimos séculos proveniente dos modos de interação entre ser humano e o ambiente natural que o cerca. É um modelo de exploração baseado na apropriação de terras e de riquezas de pequena parcela dos seres humanos, e que para isto, subjuga os demais humanos, seres vivos e coisas do mundo.

Assim, muito longe de ser uma relação de equilíbrio e saudável, as ações humanas têm se deixado predominar pela exploração dos recursos naturais e pela intensificação de domínio nas relações entre os humanos. Esses elementos nos levam a identificar uma crise de valores, já que o primeiro plano das atenções deixa de ser o bem-estar e a assecuração dos direitos humanos básicos para uma vida sadia e ao bem comum. São valores e atitudes guiados por interesses capitalistas que, como vimos, priva os lucros e benefícios, mas socializa os desastres e as catástrofes (FRANZI; SPAZZIANI, 2015, p. 252).

Retomando Dias (2004), essa construção desastrosa das sociedades modernas com a natureza viva e abiótica faz parte das análises do autor, em vista das condições atuais que envolvem o aumento da fome no mundo contrariando os avanços tecnológicos e científicos que garantiram o aumento da oferta de alimentos. Esta situação expõe as condições injustas que rondam a distribuição dos bens produzidos entre os diversos grupos humanos.

Há alimentos para todos, mas estes não são distribuídos, apodrecem nos grandes armazéns. Morre mais gente por excesso de comida (obesidade e seus problemas correlatos) do que por falta (DIAS, 2004, p. 247).

Entendemos que a ocupação de grandes territórios com plantios de uma só cultura evidencia o modelo insustentável dominante entre nós humanos com os elementos do meio ambiente, em especial aqueles que levaram milhares e milhares de anos para serem organizados e alinhados na sistemática biológica e abiótica da vida planetária. Este modelo, na história recente, caminha a passos largos tendo como premissa a aquisição de lucro, não importando se para isso for necessário desmatar, queimar e explorar os recursos ambientais, humanos e demais formas de vida.

Logo, a educação em geral se coloca como um instrumento indispensável para contribuir para elaboração de valores suficientes para orientar as relações dos humanos nos sentido de aprimoramento do seu processo de humanização e com isto o estabelecimento de práticas sustentáveis entre si e os demais entes que garantem a vida com toda a complexidade necessária.

Desse modo, a Educação Ambiental, como um campo da educação, parte de uma preocupação básica: “a de garantir um ambiente sadio para todos os homens e tipos de vida existentes na Terra” (AB’SABER, 1991, n/p). Assim sendo:

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada, dos benefícios materiais gerados. Cumpre à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente) (SORRENTINO et al, 2005, p. 287).

A Educação Ambiental enquanto um campo da educação pode promover a formação política, com base em processos dialógicos e de valorização dos conhecimentos populares, tornando-se instrumento indispensável para a promoção e construção de novos

valores capazes de orientar outro modelo de sociedade. Que seria uma sociedade baseada na justiça social e ambiental, com garantias de respeito e valorização das diversidades e regida pela igualdade e transparência de oportunidades (SPAZZIANI, 2017).

No entanto, esse processo educativo vai se manifestar de fato, nos anos 2000, nas diversas reformulações do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). O campo da Educação Ambiental vai se configurando por meio de diversas atividades educacionais que podem ser realizadas em ambientes naturais como é o caso da “interpretação ambiental”, que segundo Rodrigues (2009) procura revelar significados por meio de experiências vividas na natureza, dependendo das circunstâncias que as utilizamos. Assim, o objetivo da interpretação ambiental não é a instrução, mas a provocação (TILDEN, 2007).

Quando pensamos em interpretação ambiental em ambientes naturais, principalmente em parques nacionais, como é o caso do recorte deste trabalho, percebemos a necessidade de se trabalhar com as questões relativas ao turismo e mais especificamente ao “Ecoturismo”.

Para a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) (BRASIL, 2010, p. 17) esta atividade se constitui como “uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”.

O Ecoturismo no país emerge do movimento ambientalista, por meio de debates que apontam premissas para a conservação do meio ambiente com a utilização de tecnologias sustentáveis enfocadas para atender a atividade turística. O Ecoturismo tem se constituído numa atividade que ganha enormes desenvolvimentos e interesse dos gestores e investidores brasileiros, baseando-se em modelos turísticos responsáveis e sustentável (BRASIL, 2010).

Esse tipo de turismo no Brasil é muito comum, por ser um país exuberante com diversos tipos de biomas e com uma enorme biodiversidade. Além disso, ele visa contribuir para a conservação dos ecossistemas nos moldes promissores da sustentabilidade.

O Ecoturismo pressupõe a elevada difusão de premissas fundamentais – como princípios e critérios que apontam que o alcance da sustentabilidade socioambiental está associado ao processo de planejamento participativo, com integração intersetorial e inserção da comunidade local para contemplar as necessidades de infraestrutura e qualificação profissional para a gestão sustentável da atividade (...). O Ecoturismo, por apresentar sua base de desenvolvimento na sustentabilidade, enfatiza a importância do processo de planejamento multisetorial participativo, em que todos os atores têm papel fundamental em todas as fases do processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 12 e 16).

Além de sua potencial contribuição à preservação e conservação dos ecossistemas naturais, o ecoturismo tem sido proposto como aliado do desenvolvimento das comunidades locais, como o chamado Turismo de Base Comunitária (TBC).

2. Turismo de Base Comunitária

De acordo com documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), o TBC é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, o qual gera benefícios coletivos e proporciona uma vivência entre as culturas, a qualidade de vida, a valorização da história local, além da utilização sustentável dos recursos naturais de uma Unidade de Conservação.

Ainda de acordo com o MMA (2018), os princípios do TBC são: 1. Conservação da sociobiodiversidade; 2. Valorização da história e da cultura; 3. Protagonismo comunitário; 4. Equidade social; 5. Bem comum; 6. Transparência; 7. Partilha cultural; 8. Atividade complementar; 9. Educação; 10. Dinamismo cultural e 11. Continuidade.

Para tanto, é importante que os sujeitos que realizam tal tipo de turismo estejam conscientes das causas e consequências dos atos realizados e que sejam feitos sustentavelmente. Relativo a isto existe o conceito de capacidade de suporte, que representa o cálculo de um limite do número de visitantes por certo período, para não impactar o local de forma negativa. Esse limite é importante em diversos casos nas Unidades de Conservação (UC) e no entorno dela.

2.1 Ecoturismo em parques nacionais e a consciência ambiental

As comunidades residentes nas UC estão encontrando no TBC uma alternativa de renda, uma oportunidade de valorizar a própria cultura e uma forma de integrar as pessoas ao modo de vida local. Em uma visão mais macro, podemos perceber a importância de se manter um vínculo com o ambiente natural, pois ao longo de bilhões de anos as diferentes formas de interação e manejo ambiental propiciaram adaptação e evolução do ambiente e dos organismos vivos. Assim como ocorreu com os outros animais, a capacidade humana de movimento permitia satisfazer as necessidades diárias e delimitava nossas possibilidades de adaptação ao ambiente e de evolução física e cognitiva (FELÍCIO, 2017; HARARI, 2017; SANTURBANO, 2017).

Louv (2018), destaca ainda a inter-relação que existe entre a saúde do ambiente e a saúde das pessoas, citando a importância do contato com a natureza para o desenvolvimento físico e cognitivo humano e ainda para o próprio desenvolvimento e conservação do ambiente natural. O autor relata ainda a importância das informações de primeira mão que podem ser obtidas no livre explorar do ambiente natural, essas informações merecem destaque porque não sofrem o filtro da cultura, podendo levar a cada ser um

conhecimento profundo e direto sobre as verdades e leis básicas da natureza.

Nos últimos anos cresceu significativamente a demanda dos povos e comunidades residentes no interior ou entorno das UC federais para desenvolver atividades de turismo, ou inserir-se efetivamente nas ações de visitação realizadas ou previstas para essas áreas protegidas. Paralelamente, muitos gestores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) passaram a visualizar o envolvimento desses atores como um importante caminho para fortalecer os programas de visitação, diversificar as atividades desenvolvidas e agregar valor à experiência dos visitantes, bem como incrementar a renda desses moradores e aproximá-los positivamente da gestão das UC, aumentando, assim, o apoio local à estas áreas protegidas, no Brasil.

Para Araújo e Isayama (2009), o turismo pode ser definido como um fenômeno cultural, social e espacial que incentiva as pessoas por diferentes motivos a saírem de seu entorno habitual e visitarem outros lugares (ARAÚJO; ISAYAMA, 2009).

Para Souza (2010) o lazer é considerado como um fenômeno historicamente constituído e por esse motivo requer ser pensado a partir de um dado contexto social, reiterando a importância de ser compreendido enquanto uma dimensão da cultura.

Da mesma forma que o “Lazer”, o termo “Turismo” tem sido definido por muitos pesquisadores da área de forma diferente. Para dar uma ideia de conceituações mais abrangentes de turismo, autores como Oscar De La Torre, Fuster e Wahab, ampliaram a conceituação de turismo ao buscar definir o que seriam os fenômenos produzidos em consequência das viagens (SOUZA, 2010).

Souza (2010) e Barreto (2003) fazem uma crítica a essa visão do turismo com o foco no resultado econômico, assim eles consideram que é preciso, superar essa visão e trazer algo novo buscando os elementos essenciais.

Os parques nacionais (PN) se constituem no Brasil como importante(s) unidade(s) de conservação da vida em seu estado natural. Apesar do país ser um dos maiores redutos de biodiversidade do planeta, o crescimento urbano desordenado e a ocupação perversa de enormes territórios para a monocultura, nas últimas décadas, têm contribuído para afastar a convivência das gerações mais jovens com os ecossistemas naturais. Neste sentido, os PN vêm assumindo importante papel tanto para a conservação das espécies e ambientes naturais, quanto para promover a reaproximação das populações atuais no contato com a natureza. O ecoturismo entendido como “viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” tem sido uma das formas de viabilizar esta importante tarefa dos PN. Assim como, promover por meio de suas estruturas naturais e de acolhimento Educação Ambiental das populações do entorno e visitantes.

Com base nesta premissa, esta pesquisa – de cunho qualitativo - investigou o per-

fil, os motivos e as perspectivas de visitantes em um PN situado no estado do Rio de Janeiro e as possíveis limitações e contribuições das estruturas físicas e turísticas da unidade de conservação para a formação da consciência ambiental dos visitantes do parque.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas com 62 visitantes de um PN situado no estado do Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 2019. Os dados coletados por meio de entrevistas referem-se a: cidade de residência, profissão, tempo de permanência na região (para morador de outra cidade ou estado), motivo da visita, número de acompanhantes, custo da visita, preferências sobre o parque, sugestão de melhorias, frequência a áreas naturais. Os sujeitos foram abordados no interior no PN, nas áreas de vivência (centro de vivência, piscina, lanchonete), em trilhas centrais e locais próximos a cachoeiras de fácil acesso. Os entrevistadores eram oriundos do curso de Ecoturismo de Base Comunitária que se realizava no referido parque nacional, na época da pesquisa. foi realizado entre os dias 21 a 25 de janeiro de 2019, como parte do Projeto de Pesquisa “Implantação, teste e aperfeiçoamento da ciência-cidadã para manejo e conservação nos parques nacionais serras da Bocaina e Serras dos Órgãos” financiado pelo ICMBio/CNPq e Fapesp. Esta atividade de entrevista fez parte do processo formativo dos cursistas para atuarem em projetos de intervenção que envolvam a articulação das comunidades do entorno de UCs no sentido de valorização e conservação dos recursos naturais.

A análise dos dados foi realizada com base nos procedimentos da “Análise de Conteúdo” proposta por Bardin (2004) possibilitando a análise e organização dos dados e apresentando, sempre que necessário, gráficos e tabelas.

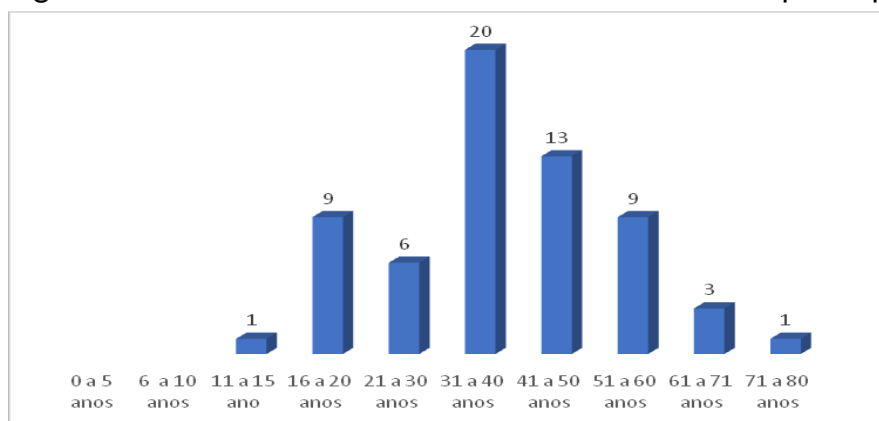
RESULTADOS

4.1 O perfil dos visitantes do PN

Das análises dos dados obteve-se o perfil dos visitantes do parque, sendo que dos 62 entrevistados, 39 (63%) eram do sexo feminino e 23 (37%) do sexo masculino.

Quanto à faixa etária dos entrevistados, conforme nos mostram os dados da Figura 1, a maioria estava entre 31 a 40 anos. Quando totaliza os acima dos 30 anos temos mais 70% compreendendo a fase adulta e idosa.

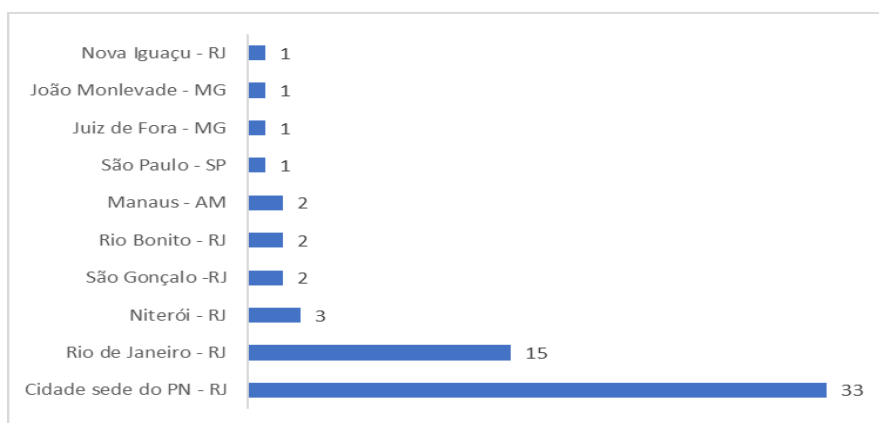
Figura 1 – Gráfico referente à faixa etária dos visitantes participantes da pesquisa.



Fonte: Autoria própria.

Quanto ao local de residência, pouco mais de 50% são moradores da cidade que abriga o PN e 40% residem em cidades que pertencem ao estado do Rio de Janeiro - RJ. 15% vieram de outros estados do país, (Amazonas, São Paulo e Minas Gerais). Desta forma, observa-se que a maioria das pessoas são da localidade em busca de lazer, em especial, por se tratar de período de verão e férias, possibilitando maior número de visitas das comunidades locais, conforme dados presentes na Figura 2. O que nos leva a refletir sobre a importância da promoção de atividades educativas de engajamento dos frequentadores, que na busca pelo lazer tem a oportunidade de participarem de projetos que ampliem sua formação e compromisso com qualidade socioambiental do parque e seu entorno, tal qual o proposto pelo Ecoturismo de Base Comunitária (EcoTbc).

Figura 2 – Cidades e estados dos visitantes entrevistados.



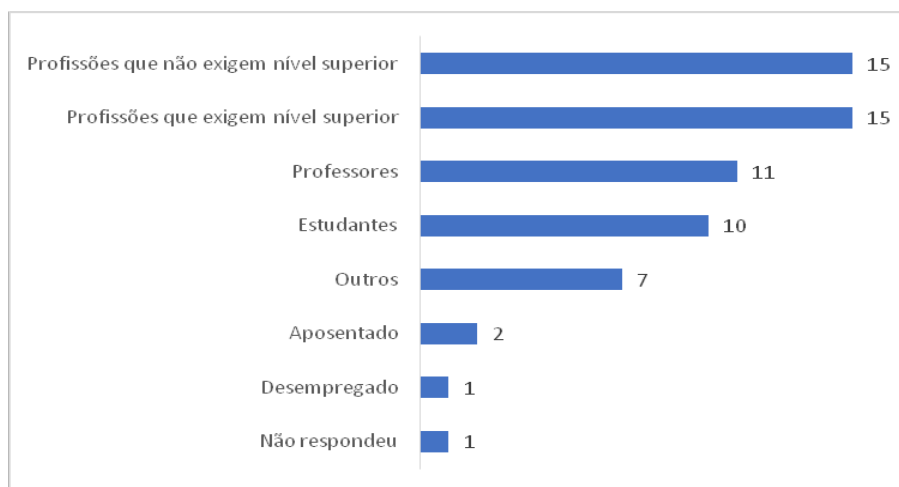
Fonte: autoria própria.

Quanto à profissão dos visitantes, 42% dos entrevistados eram profissionais do nível superior. Além disso, devido ao curso ter ocorrido no período de férias, justifica-se

a expressiva presença de professores e estudantes (34%) visitando o parque (ver Figura 3). Reitera-se assim que ao se propor em UC o turismo de base comunitária, precisa-se priorizar um

modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (MMA, 2018).

Figura 3 – Profissões dos visitantes entrevistados.

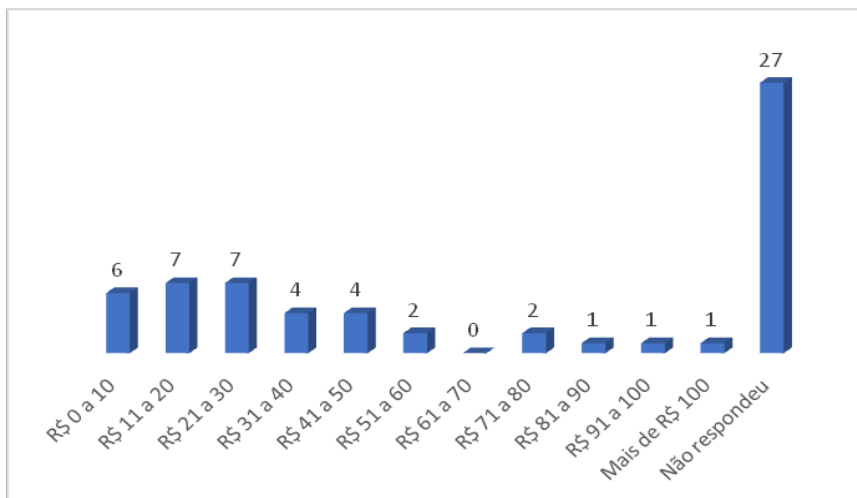


Fonte: Autoria própria.

4.2 Dados sobre a visita ao PN

Outra pergunta realizada aos visitantes foi quanto eles gastam no parque. Pode-se observar na Figura 4, a seguir, que 44% preferiram não responder a questão, talvez porque não sabiam ou não tinham calculado um valor exato. Dos entrevistados que responderam à questão 32% gastaram até R\$30,00 no parque.

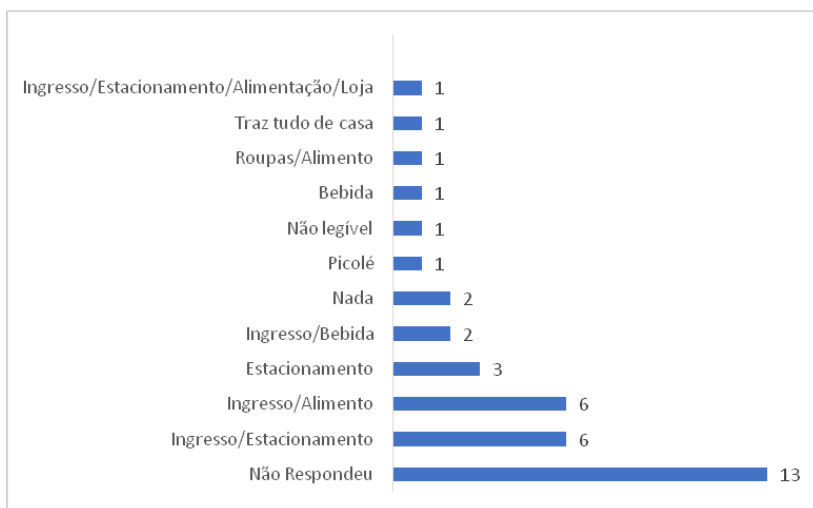
Figura 4 – Valor gasto em dinheiro pelos visitantes do parque



Fonte: autoria própria.

Quando os visitantes foram questionados sobre o custo da visita ao parque, a maioria dos entrevistados gastam seu dinheiro no parque, principalmente com ingresso, seguidos de gastos com alimentação e estacionamento. Conforme figura 5, a seguir.

Figura 5 – Tipo de gasto dos visitantes no parque



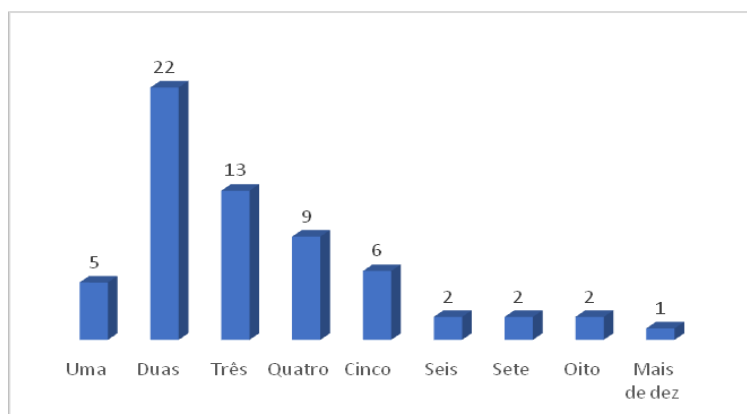
Fonte: autoria própria.

Estes dados evidenciam que mesmo com um certo custo para realizar a visita, existe procura das comunidades do entorno para a vivência de lazer e de turismo em áreas naturais. Ou seja, a busca por estes equipamentos ou espaços socioambientais são atrativos e indicam possibilidade de fortalecimento do turismo de base comunitária arre-

gimentado em reservas ou áreas de proteção ambiental, favorecendo diferentes formas de interação dos humanos com o ambiente que o cerca, inclusive buscando a superação de sentimentos tão arraigados como os de exploração baseado na mais valia.

Os visitantes também foram questionados quanto ao número de pessoas que estavam na respectiva visita ao parque (Figura 6), na ocasião da entrevista. A maioria dos visitantes visitavam o parque em duplas ou trios, somando 56%, ou seja mais da metade dos entrevistados.

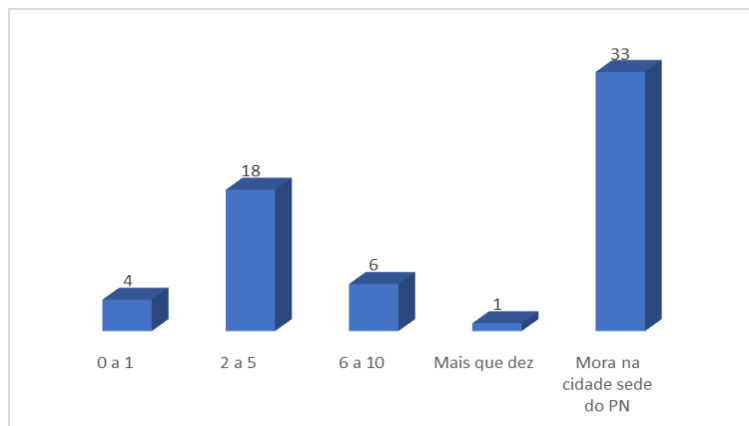
Figura 6 – Quantidade de pessoas presentes na visita ao parque.



Fonte: Autoria própria.

Em relação ao tempo que permanecem na região, 53% dos entrevistados são moradores da cidade sede no PN. Daqueles que vieram de outras localidades, grande parte alegou ficar no local de 2 a 5 dias (29%), conforme Figura 7.

Figura 7 – Quantidade de dias em que os entrevistados permaneceram na região do parque.

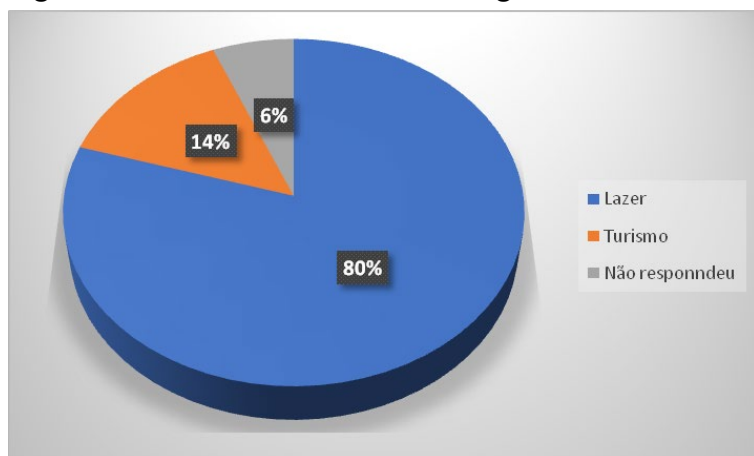


Fonte: autoria própria.

Os dados revelados nas figuras 6 e 7 indicam que os visitantes de parques ou unidades de conservação precisam ser compreendidos muito além do interesse financeiro envolvido, em geral no estímulo ao ecoturismo. Segundo Araújo e Isayama (2009) é necessário ser vislumbrado como inerente à formação humana a necessidade de deslocamentos, por motivos diversos, em busca de outros olhares e lugares para atribuir significado à própria vida. Quando se pensa em processos de conscientização que contribuam para promoção e construção de valores capazes de orientar outro modelo de sociedade, conforme destaca Spazziani (2017, p. 45), “é fundamental propiciar novas formas de interação do ser humano com o meio ambiente, entre si e com os demais seres vivos”.

Os sujeitos entrevistados foram questionados sobre o motivo de estar no local, ou seja, na cidade sede do PN, conforme Figura 8. Para melhor compreensão das respostas agrupamos em três categorias de análises a posteriori: lazer, turismo e não respondeu. Sendo que a maioria (80%) dos sujeitos entrevistados alegaram estar na região por motivos de “lazer”.

Figura 8 – Gráfico referente às categorias sobre o motivo de estar no local



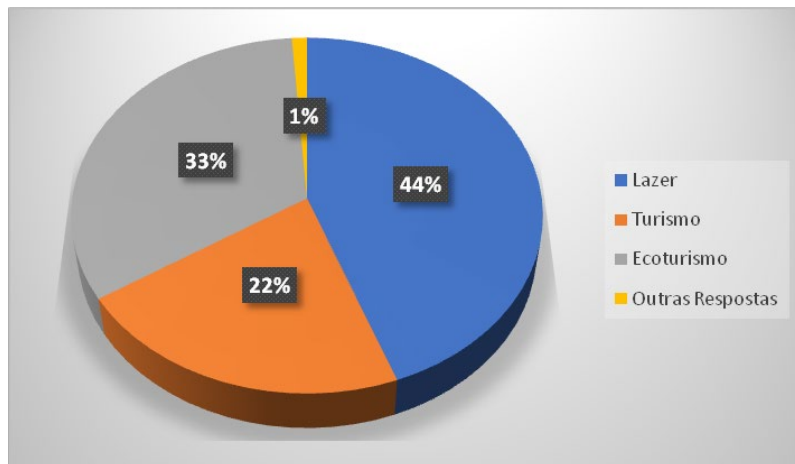
Fonte: autoria própria.

Em relação ao motivo atribuído pelos entrevistados para visitarem o PN, identificamos quatro agrupamentos: “lazer”, “turismo”, “ecoturismo” e “outras respostas” (Figura 9). A categoria “lazer” foi a que mais apareceu com 44% de frequência (39 respostas) e apresentou as seguintes unidades de registro: lazer; relaxar; treino; aproveitar o dia; recreação; passear; trazer o filho na piscina; comemorar aniversário; piquenique; manhã agradável; férias; paz espiritual; contemplação/paz; piscina.

Percebe-se que os visitantes buscam o entretenimento em áreas naturais como forma de renovação das energias e alinhados ao desenvolvimento do ecoturismo no país.

Esta vertente do turismo nacional foi defendida por signatários do movimento ambientalista, com destaque para finais da década de 1970, indicando que uma das formas de conservação do meio ambiente pode ser alcançada pelas atividades turísticas que propiciam o lazer (MMA, 2018).

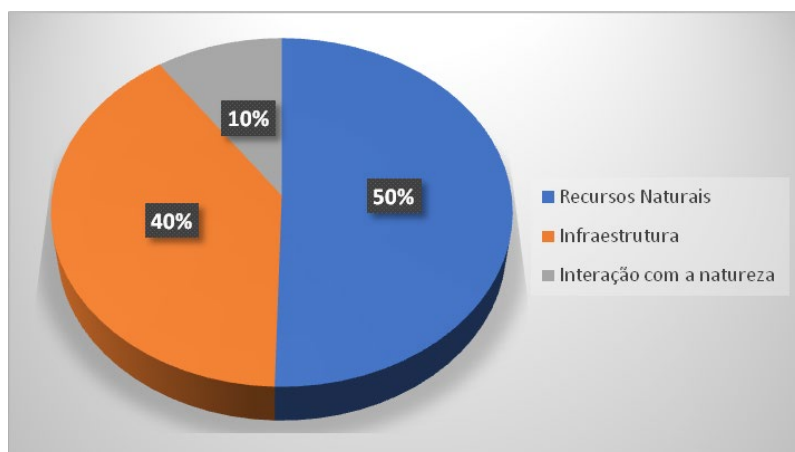
Figura 9 – Gráfico referente às categorias sobre o motivo dos entrevistados visitarem o parque.



Fonte: autoria própria.

Os sujeitos também foram questionados quanto ao que mais gostam no parque. As respostas analisadas geraram três categorias de análises: “recursos naturais”, “infraestrutura” e “interação com a natureza” (Figura 10). A categoria “recursos naturais”, com 50% de frequência, ou 57 respostas, apresentou, como exemplo, as seguintes unidades de registro: cachoeiras; mergulho; natureza; água natural; clima; paisagem; água; preservação da natureza; árvores; queda d’água; vegetação diferentes; poços.

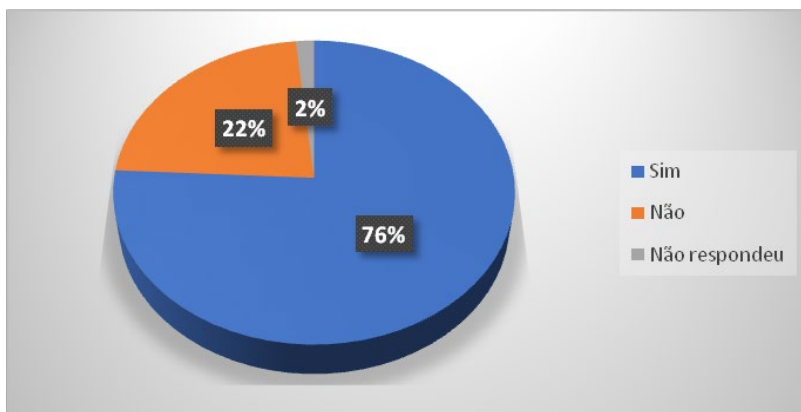
Figura 10 – Gráfico referente às categorias sobre o que os entrevistados gostam no parque.



Fonte: autoria própria.

A predominância de citações de elementos oriundos da natureza reforçam a constatação da necessidade dos seres humanos neste contato. Sendo assim, como nos aponta Louv (2018) que as gerações atuais ao serem afastadas do convívio cotidiano com a natureza podem demonstrar transtorno de déficit da natureza (TDN) rejeitando totalmente o contato ou reiteradamente buscando restaurar este desequilíbrio oportunizando momentos de desfrute em espaços naturais, como os citados pelos entrevistados. Isto pode ser comprovado na resposta tabulada na Figura 11, quando 76% dos entrevistados afirmaram que buscam com frequência visitas em áreas naturais.

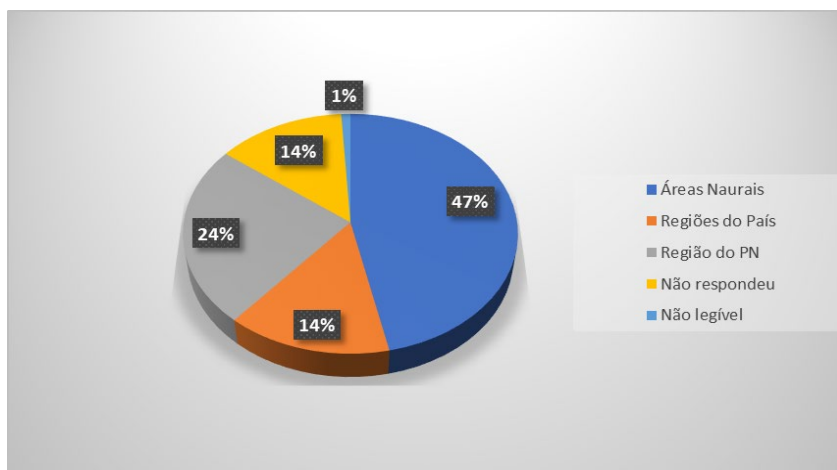
Figura 11 – Gráfico referente à frequência de visitas dos entrevistados em áreas naturais.



Fonte: autoria própria.

Quando questionados sobre os lugares/áreas naturais que frequentavam, foram formadas as seguintes categorias: “áreas naturais”, “regiões do país”, “região do PN”, “não respondeu” e “não legível” (Figura 12). Para a formação da categoria “áreas naturais”, obteve-se as seguintes unidades de registro, as quais apareceram em uma frequência de 48 vezes ou 77%: Clube Comary; Arandas; praia; Pedra da Gávea; Cachoeiras do Horto; Pedra da Tartaruga; Lagoa; Bocaina; Itatiaia; horto; trilhas; Tijuca; chapadas; outros parques; cachoeiras; Jardim Botânico; Tiririca; Urca; Reserva Grumari; acampamento; parques naturais municipais e estaduais; cachoeiras do RJ; áreas naturais; atrativos naturais; museus amazônicos; Ibirapuera. Esta resposta dos sujeitos informam a variedade de lugares que possuem forte vínculo com elementos da natureza, percorrendo desde formações geológicas de grande interesse e curiosidade, espaços que predominam fauna e flora, lugares em que o elemento água se apresenta nas mais diversas formas e composição, ou mesmo em ambientes naturais extremamente estruturados entre pela intervenção humana. Todos eles parecem oferecer este reencontro para interação ser humano-natureza.

Figura 12 – Gráfico referente à frequência dos entrevistados sobre visitas em áreas naturais.



Fonte: autoria própria.

4.3 Proposta de melhorias para o PN

Os visitantes foram questionados sobre o que sugeriria para melhorar o PN (Figura 13), e obteve-se as unidades de análises: “infraestrutura”, “recursos naturais”, “nada”, “não respondeu” e “não legível”.

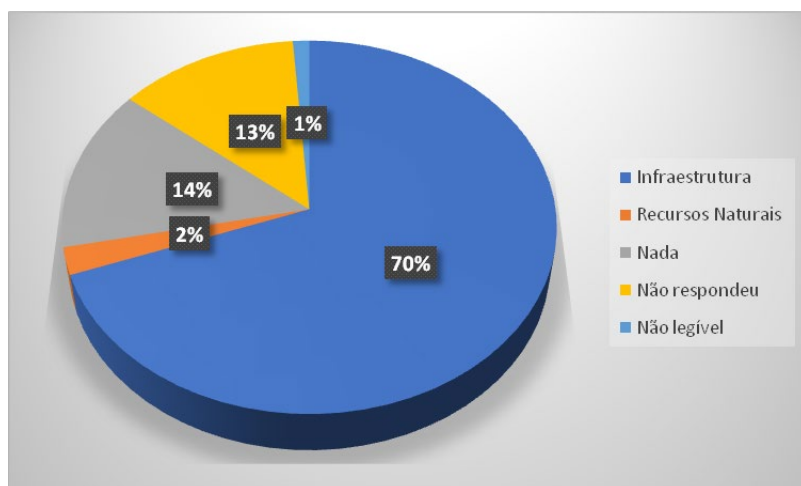
A categoria “Infraestrutura” foi a que apareceu com uma frequência de 59 vezes ou 70% das respostas obtidas. Alguns exemplos que formaram essa categoria são: lanchonete; mais duchas; sinalização; água; limpeza; alimentação; sinalização; atendimento telefônico; atualização do folheto informativo; bebedouros; estacionamento; manutenção; diminuição do valor do ingresso; manutenção de trilhas; banheiros. Ou seja, o acolhimento do PN proporcionado pela intervenção humana é o que se destaca como de maior vulnerabilidade pelos turistas e frequentadores de áreas naturais, como os sujeitos de nossa pesquisa. Poucas respostas indicam melhorias nos elementos da natureza e, em geral, referem-se a condicionantes que dependem da intervenção humana, como por exemplo, trilhas mais adequadas para caminhadas de públicos diversos.

Importante também lembrar que este PN é um dos mais antigos do país e possui uma das melhores infraestruturas para recepção e acolhimento do turismo ecológico. Entretanto, a perspectiva do promover um programa de visitação fundamentado nos princípios do EcoTbc nos parece bem distante.

Os propósitos do EcoTbc para Unidades de Conservação, segundo diretrizes do MMA (2018) deve-se levar em conta: a) Conservação da sociobiodiversidade; b) Valorização da história e da cultura capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva. c) Protagonismo comunitário; d) Equidade social be-

neficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo. e) Bem comum; f) Transparência sobre as informações ambientais, sociais e financeiras; g) Partilha cultural com trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade; h) Ser espaço de formação complementar, proporcionando experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras; i) Dinamismo cultural e sustentabilidade favorecendo o constante retorno e continuidade de atividades ali promovidas em consonância com a realidade e as necessidades das comunidades e da UC.

Figura 13 – Gráfico sobre o que os visitantes fariam para melhorar o PN.



Fonte: autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo se deu em janeiro de 2019, período de verão e férias escolares, por meio de entrevistas estruturadas com 62 visitantes da sede principal de um PN. Esse local destaca-se pela grande importância histórica para o país, pelas amplas e conservadas estruturas de acolhimento que ele oferece e, ainda, pelo belíssimo atrativo cênico e de diversidade ecológica. As análises dos dados dos entrevistados indicaram os seguintes destaques: predomínio do sexo feminino (63%); quase 70% com idade acima de 30 anos; 50% são moradores de bairros do entorno da sede do PN.

Constatou-se também que, devido à localização do parque, uma outra parte significativa dos entrevistados (40%) eram de cidades próximas ou pertencentes ao estado do Rio de Janeiro. Com relação à ocupação, 40% eram profissionais do nível superior, em especial professores e 16% eram estudantes.

O gasto financeiro mediano dentro do PN é de USD¹ 7,6, principalmente com ingresso, alimentação e estacionamento. Os visitantes em sua grande maioria (56%) estavam em duplas ou trios. Aqueles que vieram de outras cidades ou estado, informaram um predomínio de permanência na região de 2 a 5 dias. 76% informaram que gostam e costumam frequentar lugares com áreas naturais. O lazer foi citado por 80% dos entrevistados quanto ao motivo da visita à cidade que se localiza o PN e apenas 14% citaram turismo. Entretanto, quanto ao motivo da visita ao PN, turismo e ecoturismo totaliza quase 60%.

O contato com os “recursos naturais” é o que mais se destaca nas respostas dos entrevistados. Entretanto, a presença da estrutura de acolhimento da sede do PN, como a piscina natural, restaurante, trilhas, estacionamento, entre outros, também foi ressaltado nas respostas como elemento de visitação.

Em relação a sugestões de melhoria do PN, 70% das respostas relatam necessidades na estrutura de acolhimento, destacando-se a questão das placas de sinalização em geral e das trilhas e atividades de recepção com material informativo e educativo. Ou seja, para além da informação tão necessária para atendimento de visitação turística, os espaços oportunizados nas estruturas naturais e construídas do parque precisam favorecer a consciência ambiental dos visitantes, implicando sempre que possível, em participantes ativos no processo de conservação dos recursos naturais e divulgação dos conhecimentos ali apreendidos.

Os dados indicam que embora o perfil dos visitantes do parque era busca pelo lazer e aproveitamento de descanso nas férias escolares, evidencia-se a importância atribuída pelos sujeitos a este espaço, em especial pelas comunidades do entorno. Notam-se indícios da carência de estrutura para acolhimento, em especial para ampliar o trabalho de conscientização proposto pelo ecoturismo de base comunitária que poderia contribuir enormemente para a formação e engajamento social e para a promoção da educação ambiental crítica.

Assim como enfatizam Araújo e Isayama (2009), o turismo ao ser definido com um fenômeno cultural, social e espacial incentiva as pessoas a saírem de seu entorno habitual e visitarem outros lugares. Desta forma, os Parques Nacionais, podem se constituir em redutos de aproximação da convivência das diferentes gerações com os ecossistemas naturais. Neste sentido, os PN vêm assumindo importante papel tanto para a conservação das espécies e ambientes naturais, quanto para promover a reaproximação das populações atuais no contato com a natureza. O ecoturismo entendido como “viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local” tem sido uma das formas de viabilizar esta importante tarefa dos PN. Assim como, promover por meio de suas estruturas naturais e de acolhimento Educação Ambiental das populações do entorno e visitantes.

¹Dólar americano

A Educação Ambiental pode contribuir para a formação de educadores ambientais que promovam o diálogo de saberes entre os conhecimentos científicos existentes e necessários à conservação dos ambientes naturais às realidades culturais, cognitivas e econômicas dos contextos sociais do entorno, tal como propõe os programas de voluntariado no modelo da Ciência-Cidadã. Este propõe o desenvolvimento de pessoas para realizar ações e atividades voltadas para a preservação e conservação do patrimônio nacional e inclui, entre eles, temas relacionados ao ecoturismo, possibilitando a adesão ao voluntariado dos parques nacionais.

AGRADECIMENTOS

Ao Parque Nacional da Serra dos órgãos (PARNASO), Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. (Re) **Conceituando Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – CNPQ, 1991.
- ARAÚJO, M. ISAYAMA, H. F. As fronteiras entre lazer e turismo. In: X SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.20, p.15-29, out. 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.
- BRASIL. **Decreto 4281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. D.O.U. de 26.6.2002. Acesso [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm], em 26 de outubro de 2019.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- FELICIO, P. F. V. Sustentabilidade na educação física escolar In: MANOEL, E. J.;
- DANTAS, L. E. P. T. **A construção do conhecimento na educação física escolar: ensaios e experiências**. Curitiba: CRV, 2017.

FRANZI, S.; SPAZZIANI, M.L. Cortadores de cana e suas compreensões acerca da formação socioambiental. **Revista Comunicações**. Piracicaba, Ano 22, n. 2, p. 241-262 • Ed. Especial. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600>

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 28ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

LOUV, R. **A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza**. São Paulo: Aquariana, 2018.

MMA. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes**, 2018.

MMA. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, 2006.

RODRIGUES, D. C. G. A. Ensino de Ciências e a Educação Ambiental. **Revista Práxis**. Ano I, n. 1, p. 31-35. 2009.

SANTURBANO, P. **Evolução e movimentação humana: introdução ao raciocínio evolucionário na saúde e no movimento**. São Paulo: Ed. do Autor, 2017.

SORRENTINO, M. et al. Educação Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio-ago. 2005.

SOUZA, T. R. Lazer e Turismo: Reflexões sobre suas interfaces. In: SEMINÁRIOS DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. **Anais...** Rio Grande do Sul: UCS, 2010, p. 1-14.

SPAZZIANI, M. L. Ambientalização da Universidade: desafios e aprendizagens da sustentabilidade na Unesp. **Tese de Livre Docência**, Unesp, 2017.

SPAZZIANI, M. L. Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o entendimento sobre a natureza humana. **Revista Resgate**, Campinas -SP, Unicamp, v. 11, p. 79-96, 2002.

TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. 4a ed., ex ed. Chapel Hill, EUA: Editora da Universidade da Carolina do Norte, 2007. p. 212.